

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE MEDICINA**

**“O TEMPO NÃO FECHA QUANDO MORRE UM ADOLESCENTE”:
A NATURALIZAÇÃO DO HOMICÍDIO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL.**

Pollyana Costa Penoni

**Belo Horizonte/MG
2019**

POLLYANA COSTA PENONI

**“O TEMPO NÃO FECHA QUANDO MORRE UM ADOLESCENTE”:
A NATURALIZAÇÃO DO HOMICÍDIO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL.**

Monografia de Especialização apresentada ao Curso de Saúde do Adolescente, da Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Saúde do Adolescente.

Orientador (a): Ana Maria Costa da Silva Lopes

**Belo Horizonte/MG
2019**

P416t Penoni, Pollyana Costa.
"O tempo não fecha quando morre um adolescente" [manuscrito]: a naturalização do homicídio de jovens negros no Brasil. / Pollyana Costa Penoni. - - Belo Horizonte: 2019.
11f.
Orientador (a): Ana Maria Costa da Silva Lopes.
Coorientador (a): Cristina Campolina Vilas Boas.
Área de concentração: Saúde do Adolescente.
Monografia (Especialização): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Genocídio. 2. Adolescente. 3. Política Pública. 4. Educação 5. Saúde do Adolescente. 6. Grupo com Ancestrais do Continente Africano. 7. Dissertações Acadêmicas. I. Lopes, Ana Maria Costa da Silva. II. Boas, Cristina Campolina Vilas. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. IV. Título.

NLM: WA 300

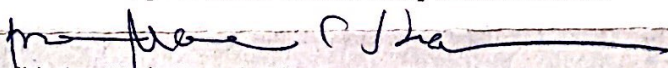
FOLHA DE APROVAÇÃO


"O tempo não fecha quando morre um adolescente": a naturalização do homicídio de jovens negros no Brasil.

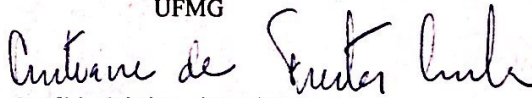
POLLYANA COSTA PENONI

Monografia submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de SAÚDE DO ADOLESCENTE, como requisito para obtenção do certificado de Especialista em SAÚDE DO ADOLESCENTE, área de concentração SAÚDE DO ADOLESCENTE.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2019, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Ana Maria Costa da Silva Lopes - Orientador
UFMG


Prof(a). vivane martins cunha
UFMG


Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha
UFMG


Prof(a). Cristina Campolina Vilas Boas
PUC Minas

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2019.

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo tecer alguns questionamentos no que tange o genocídio da juventude negra de periferia. Tomamos a frase de um jovem em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida "O tempo não fecha quando morre um adolescente"¹, como ponto de partida para os questionamentos sobre o alcance das políticas públicas que atuam com este público. Desta forma, a autora busca a partir da leitura de autores estudiosos sobre o tema, apresentar alguns apontamentos sobre o genocídio da juventude e propor reflexões que possam contribuir para uma prática que atue na vertente de desnaturalizar o fenômeno.

Palavras Chave: Genocídio. Juventude. Política. Medida Socioeducativa. Saúde do Adolescente.

¹ Citação fiel da frase dita pelo jovem João em atendimento no Serviço de Medidas Socioeducativas de Meio Aberto da Prefeitura de Belo Horizonte.

1 INTRODUÇÃO

Este texto, construído para conclusão da Especialização de Saúde do Adolescente², tem como objetivo elucidar algumas questões no que tange ao genocídio da juventude negra a partir de um fragmento de um caso acompanhado pelo Serviço de Medida Socioeducativa³ no ano de 2017 na modalidade de Liberdade Assistida do município de Belo Horizonte. Trata-se de um ensaio com apontamentos e reflexões acerca do silenciamento das mortes da juventude negra de periferia no município de Belo Horizonte.

Este texto se sustenta como uma resposta ética à provocação feita pelo jovem quando este questiona o saber técnico e o lugar das políticas públicas que o escutavam naquele momento no que tange ao genocídio da juventude negra de periferia.

Desta forma, é um texto com o propósito de desnaturalizar o fenômeno das mortes dos jovens e produzir questionamentos e reflexões que possam contribuir para uma prática de atuação política que desvele e dê voz para a situação na qual nossa juventude está submetida.

² Curso de Pós Graduação em Saúde do Adolescente ofertado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

³ É de responsabilidade do município de Belo Horizonte executar as medidas em meio aberto, de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida, previstas do Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA). A equipe que acompanha os adolescentes é composta por profissionais da Psicologia e Serviço social lotados no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) da Secretaria Municipal de Assistência de Social.

2 FRAGMENTOS DO CASO

João⁴, 18 anos, negro, residente de uma região periférica da cidade de Belo Horizonte. Após ter sido apreendido em virtude de seu envolvimento com o tráfico de drogas, foi encaminhado para a medida socioeducativa de Liberdade Assistida. O jovem compareceu desacompanhado de seus responsáveis legais⁵ para o primeiro atendimento e justificou a ausência de sua genitora dizendo que estava residindo com seus tios em virtude da facilidade em conseguir trabalhos informais na empresa que ele trabalhava como eletricitista. No que se refere a convivência familiar, se ateuve em dizer apenas que “a gente tem uma boa relação, não tem briga” (sic). Sobre o pai disse ter convivido com ele até os dois anos de idade e que há anos não o via. Fala de suas irmãs mais novas com muito afeto, se colocando no lugar de provedor e referência masculina para elas.

Quanto aos atos infracionais e sua trajetória com a criminalidade, João inicialmente oscilava entre ora se apresentar preocupado com seu futuro, solicitando encaminhamento para a escola⁶, por exemplo, ora dizendo “não posso mais vacilar, já sou maior de idade” (sic) deixando subtendida sua vinculação com o crime. Atrelava a idade aos seus descumprimentos de medida anteriores⁷ dizendo que, antes dos 18 anos vivia uma “vida louca, sem limites” (sic) e atualmente ponderava que a maioridade havia provocado uma redução nas atuações. Ainda assim, oscilava na frequência aos atendimentos o que por um período, prejudicou seu acompanhamento consideravelmente tendo sido necessário, naquele momento, pontuarmos para João a possibilidade de devolução do seu processo ao judiciário caso ele não cumprisse com os eixos⁸ da medida socioeducativa na qual estava vinculado.

Acreditamos que este foi o momento de virada do caso, uma vez que, após esta intervenção, João chegou para o atendimento seguinte disposto, segundo ele, a “jogar a real”

⁴ Nome do jovem foi alterado para manter o sigilo.

⁵ A genitora, que nomearei de Ana, não se apresentou apenas no primeiro atendimento. Apesar da não obrigatoriedade de sua participação como coresponsável no cumprimento da medida socioeducativa de João, haja vista sua maioridade, Ana se fez presente durante todo o processo de acompanhamento e foi peça fundamental no processo de responsabilização de seu filho, oferecendo sempre suporte e acolhida nos momentos de indecisão do mesmo.

⁶ Quando iniciou o acompanhamento no serviço de medida socioeducativa, João estava fora da rede de ensino há mais de 2 anos e apresentava uma defasagem escolar importante, tendo dificuldades primárias na leitura e escrita.

⁷ João teve sua primeira inserção no Serviço de Medida Socioeducativa quando tinha apenas 14 anos e não havia cumprido desde então, nenhuma das determinações judiciais.

⁸ No que se refere aos eixos que tangem o acompanhamento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa estão sua inserção na vida escolar, assim como o acompanhamento de sua trajetória e frequência; encaminhamento a outras unidades da rede de serviços públicos para complementação de documentação; obtenção de cuidados com a saúde física e mental; cursos de capacitação visando a inserção no mercado de trabalho e renda.

(sic). Acreditamos que, pela primeira vez, o sujeito João tenha aparecido de fato no atendimento, desnudo de uma armadura de defesa e também de todo receio das possíveis consequências jurídicas de sua fala em um atendimento de medida socioeducativa.

Ao longo de 1 ano e 3 meses de acompanhamento, João trouxe situações extremamente graves sobre seu envolvimento com a criminalidade. Situações estas que por vezes o colocavam em risco eminente de morte. A todo o momento se mostrava dividido entre “a vida correta e a do crime” (sic), mas concluía dizendo que não lhe restava outra saída diferente da criminalidade “não sei fazer outra coisa, tô no crime desde os 7 anos” (sic). Fala do seu fascínio pelo volume de dinheiro que conseguia com o crime e do respeito que adquiriu no seu território dizendo que “nunca neguei nada, roubava e traficava e olha que isso nem é muito aceito na favela” (sic).

Houve uma situação na qual João foi convidado a ir ao exterior buscar uma carga de armas e chega à regional, fora do seu dia de atendimento. Dividido perante a proposta que havia recebido, conseguimos escutar que ele havia buscado o serviço de atendimento de medida socioeducativa no intuito de fazer uma pausa para conseguir se posicionar diante da oferta. Faz menção ao retorno financeiro como algo que pudesse resolver sua vida, entretanto, faz o contraponto do risco de não conseguir voltar vivo ou livre desta atuação. E foi neste atendimento que João concluiu que não era mais possível “ficar em cima do muro” (sic) e faz sua escolha pela vida, rompendo com a criminalidade.

Ainda em atendimento João acessa suas redes sociais pelo celular e emocionado diz que era necessário encerrar todas as suas contas virtuais, pois segundo ele era através delas que a maioria dos contatos e ofertas acontecia. Mostrava-se decidido a romper por completo com a prática infracional.

A medida socioeducativa passa a servir ao jovem como um espaço onde ele pudesse construir uma nova trajetória de vida, diferente do caminho trilhado por ele desde os 7 anos de idade. Desta forma solicita a regularização da documentação pessoal, auxílio na construção do seu Currículo Vitae e por vezes a fotocópia do mesmo para distribuição no comércio. Além de questões objetivas, João passa a fazer uso do espaço do atendimento para trazer pontos subjetivos e reflexivos e tinha a necessidade de sempre refazer seu percurso entre “o passado e futuro” (sic), pois assim, segundo ele, ficava mais claro o caminho que deveria seguir.

E foi no decorrer deste processo de reflexão subjetiva que ele começou a vivenciar assassinatos de amigos próximos. Chegava angustiada nos atendimentos, relatando o ocorrido e concluindo “não tem outra saída pra quem é do crime, ou morre ou é preso” (sic).

Ao relatar um dos assassinatos, dizendo da crueldade em que o mesmo havia acontecido e paralelamente fazendo um retrospecto de tudo que estava vivenciando, faz um cálculo “perdi 5 amigos no crime em menos de um mês” (sic). A todo o momento, João ponderava que ele poderia ser um desses jovens assassinados caso ainda estivesse envolvido com a criminalidade “poderia ser eu, eu andava com ele” (sic). E foi nesse contexto que interpela a técnica com a seguinte questão: “Você já notou que quando morre um adolescente assim, tipo eu, de favela e envolvido com o crime, o tempo nem fecha”? Ao questionarmos o que seria a expressão “o tempo nem fecha” João nos ilustra dizendo “quando morre uma pessoa do bem, fica tudo cinza e parece que até chove, fica sinistro. Quando morre alguém do crime o sol continua lá, fica tudo igual” (sic).

Considerando a relevância da fala deste jovem e da importância de compreendermos as questões trazidas por ele, teceremos uma breve contextualização sobre o conceito da adolescência e suas nuances. Desta forma, visitaremos alguns autores estudiosos do tema e a partir do caso faremos um recorte sobre alguns aspectos sobre a adolescência.

3 ADOLESCÊNCIA E RISCO

Podemos pensar a adolescência como sendo uma construção no sentido em que ela atravessa o tempo e o espaço das sociedades humanas. No livro *Uma breve história sobre a adolescência*, a expressão “adolescência” surge em torno do século XVI, numa época em que o sentimento da diferença entre as idades começa a surgir nos meios sociais privilegiados.

Sabemos que a passagem da infância para a vida adulta é particular para cada sujeito e será vivenciada de maneira peculiar por cada um e em cada cultura. É importante considerar o que há de universal dos processos biológicos nesta fase da vida e as particularidades que delineiam a vivência subjetiva desses processos. Um dos estudiosos da adolescência é o psicanalista francês Lacadée, que define adolescência, citando Hölderlin como “a grande transição da infância à idade adulta, da vida afetiva à razão, do reino da imaginação ao da verdade e da liberdade” (Hölderlin, apud Lacadée, 2011). Lacadée nos adverte que este momento de transformação da puberdade não é sem risco, ou melhor, encontrar uma vida verdadeira não é sem risco.

Le Breton afirma que o corpo é a raiz da nossa identidade e nesse sentido, apesar de suas transformações e estranhezas, o corpo na adolescência tem a função de conexão do sujeito com o mundo.

O tempo lógico da adolescência pode ser pensado como o do luto pelo corpo infantil, da destituição dos pais, do não saber lidar com o corpo sexuado diante do encontro com o outro sexo, da impossibilidade de realizar a almejada plenitude esperada desde a infância. (LE BRETON, 2017, p. 13).

O adolescente então, imerso em uma nova construção e inscrição no mundo, busca a todo o momento por autonomia, testa seus limites, joga com proibições sociais e estudam seu lugar numa sociedade que ainda não o reconhece por completo.

Levado por esse entusiasmo sustentado pelo gosto da vida, o adolescente se encontra num momento de desafio. (...) o termo condutas de risco designa comportamentos cujo traço comum é a exposição a uma probabilidade considerável de se machucar ou de morrer; de prejudicar o futuro pessoal ou pôr a saúde em perigo: toxicomanias, alcoolismo, direção perigosa, tentativas de suicídio, distúrbios alimentares, fugas etc. (LE BRETON, 2017, p.56).

Não há uma linearidade nas razões pelas quais os adolescentes se colocam em risco. Como nos apontou Lacadée, os motivos são múltiplos, seja um abandono, uma indiferença familiar ou até violências como um abuso sexual ou hostilidade de um padrasto ou madrasta. São diversas as razões de se colocar em risco, mas em geral elas se constituem como uma forma de dar sentido à existência, como afirma Lacadée são:

(...) tentativas desajeitadas e dolorosas de se situar no mundo, de ritualizar a passagem à idade adulta e de marcar o momento em que o agir ultrapassa a dimensão do sentido. (...) tais condutas se constituem numa maneira de se assegurar do valor da existência, de afastar para bem longe o medo de sua inconsistência e da própria insignificância – tentativas de existir mais do que de morrer. (LACADÉE, 2011, p. 57)

Entretanto, João nos convida a pensar para além deste ponto estrutural e constituinte da adolescência uma vez que fala do lugar de um jovem inserido em um contexto de vulnerabilidade e risco social e que vivencia em seu cotidiano formas diversas de risco e violência. Com seu relato João também nos aponta a naturalização das mortes dos jovens e sobre os riscos inerentes à violência na qual esta juventude está submetida.

Importante avaliar e estudar a situação que determina a juventude negra como aquela sendo preferencialmente vítima da violência e extermínio pelo Estado. Rejane Ferreira Reis (2011, p. 22) nos chama a atenção sobre a importância de se considerar os processos sociais e culturais presentes na vulnerabilidade desse grupo, por meio de uma perspectiva que apresente as especificidades históricas e excludentes diante da conformação social contemporânea.

Os jovens negros são marcados pela escassez de oportunidades no campo do trabalho, estudo e lazer e são as maiores vítimas de mortes no Brasil. O Estado se descompromete muitas vezes com as causas e os efeitos dessas mortes e de forma perversa, por vezes coloca a responsabilidade pela morte no próprio adolescente e em sua família. O Estado não aparece com sua face protetora, mas aparece com uma face repressiva e excludente, como demonstra o Relatório Final da CPI da Violência dos Jovens Negros e Pobres:

No que diz respeito à operação das forças de segurança pública em territórios perigosos, em um primeiro nível, pode ocorrer a culpabilização da vítima, justificando a violência dirigida, principalmente, a setores subalternos ou particularmente vulneráveis que demandam proteção específica, como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, negros etc. Os mecanismos dessa culpabilização são variados: a estuprada foi quem provocou ou ela se vestia como uma “vadia”; o adolescente vira marginal, delinquente, drogado, traficante (...) (BRASIL, 2015, p.70).

As desigualdades sociais e as desigualdades raciais são molas propulsoras e geradoras de violência e de desigualdade. A naturalização da violência se opera em diversos níveis e mediante diversos mecanismos contribuindo assim, para um ciclo afirmativo de exclusão. Rejane Ferreira Reis (2011, p.23) defende que a aceitação da violência contra o adolescente negro, tanto no nível social quanto no pessoal, escancaram a exclusão e o estigma sofridos por essa população. Os estereótipos dos negros na sociedade brasileira e suas violências naturalizadas vêm desde a escravidão e chega aos dias atuais deixando marcas e definindo suas trajetórias.

4 O SILENCIAMENTO DIANTE DAS MORTES DOS JOVENS

João, ao mesmo tempo em que interpela as políticas públicas sobre os homicídios da juventude negra de periferia reconhece e nos transmite que existem vidas matáveis e vidas que merecem viver.

A fala de João “o tempo não fecha quando morre um adolescente do crime” ao mesmo tempo em que interpela as políticas públicas sobre os homicídios da juventude negra de periferia reconhece e nos transmite que existem vidas matáveis e vidas que merecem viver. A fala do jovem ilustra o que a filósofa Judith Butler (2015) analisou em seu livro *Quadros de guerra*. A autora aponta que se há vidas que não são, desde o início, consideradas e qualificadas como vidas, estas nunca poderão ser vividas nem perdidas. Questiona o que faz

com que algumas vidas sejam valiosas o suficiente para serem enlutadas ao passo que outras são desimportantes e caso venham a ser perdidas, não são passíveis de luto.

Apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa. (...) o luto serve à vida que já foi vivida e pressupõe que essa vida já está terminada. (...) sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. Em seu lugar, há uma vida que nunca terá sido vivida, que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida (BUTLER, 2015, p. 32).

É importante analisar e considerar os vários desdobramentos da violência do Estado no Brasil seja no excesso do aparato policial e na sua dinâmica de funcionamento seja na violência institucional.

Na *Revista Cult* de março de 2018, podemos encontrar um dossiê sobre a violência e fica claro nos artigos expostos que a violência e brutalidade cotidiana afeta um grupo distinto e específico: jovens, negros e residentes de periferias. Tal constatação aponta para uma demarcação muito clara de quais são as vidas mais ou menos vulneráveis num contexto em que a força policial é distribuída conforme interesses políticos.

De acordo com o *Atlas da violência de 2018*, em 2016 o índice de homicídios da juventude masculina com idade entre 15 e 29 anos, correspondeu a 56,5% do total dos óbitos.

Este dado vem ilustrar que cada vez mais as vidas de nossa juventude têm sido ceifadas prematuramente. Em contrapartida retrata também, que os homicídios não recaem igualmente para todo e qualquer jovem com idades entre 15 e 29 anos. Na década de 2006 a 2016 a taxa de homicídios de jovens negros subiu em 23,1% e somente no ano de 2016 houve uma superioridade de duas vezes e meia a mais de homicídios de jovens negros em relação aos jovens brancos (40,2% contra 16%). Sendo assim, são dados que nos dizem muito além de números e estatísticas, pois revelam a realidade da desigualdade racial e do genocídio da juventude negra de nosso país.

A Assembleia das Nações Unidas de 9 de Dezembro de 1948 definiu como genocídio todo e qualquer ato cometido com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Declarou que o genocídio é um crime de direito dos povos, que está em contradição com o espírito e os fins das Nações Unidas e é condenado por todo o mundo civilizado. Triste pensar que o termo genocídio, criado por um refugiado judeu⁹

⁹ O jurista polonês Raphael Lemkin.

da Segunda Guerra Mundial, ainda se encontra tão presente e marcante na nossa sociedade, como bem ilustrou Butler ao afirmar que a vida dessas populações:

(...) são “perdíveis” e “não passíveis de luto”. Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos “vivos”. (BUTLER, 2015, p.53)

A citação acima nos remete ao que João constatou que a vida de seus iguais era marcada para morrer e não tinham, portanto, nenhum valor afinal, “o tempo não fecha quando morre um adolescente do crime” (sic). Semanalmente assistia os corpos de seus amigos serem marcados pelo homicídio, pelas desigualdades sociais e raciais e ao dizer que o tempo nem fecha quando um jovem é assassinado está concluindo que o cenário político social não é propício ao luto desta juventude.

Mesmo diante deste cenário excludente e sangrento, vivemos em um país que nega a existência do racismo, do ódio e violência que o mesmo acarreta. Tudo isto nos provoca a pensar a importância e necessidade de políticas eficientes de prevenção à violência e garantia efetiva do direito à vida e à segurança da população negra no Brasil. Pois como demonstra o Relatório Final da CPI da violência contra jovens negros e pobres:

A quantidade de jovens mortos no Brasil é um problema social que demanda a adoção de providências urgentes, profundas e multidimensionais. Além disso, também se concluiu que o Estado Brasileiro precisa se debruçar nas políticas públicas de modo geral. Se nada for feito, nossos jovens, sobretudo a nossa juventude negra, continuarão sendo mortos precocemente, deixando famílias desprovidas de seus filhos e o Brasil privado de toda uma geração de crianças e adolescentes. (BRASIL, 2015, p. 6).

No artigo *Feridas de uma herança dolorosa*, os autores Vinícius Santiago e Carla Rodrigues (2018) tecem uma discussão acerca da importância do trabalho do luto público como forma de resistência à violência do Estado e contribuem e apontam que as vidas matáveis:

(...) são consideradas matáveis mesmo antes de serem mortas são consideradas matáveis porque mesmo enquanto estão vivas não são consideradas vivas. Assim, na sociedade brasileira, as mesmas populações cujas vidas nunca tiveram o direito a qualquer tipo de proteção, também não têm direito ao luto público, já que nunca foram tidas como vidas vivíveis e, portanto, enlutáveis. (...) Se o Estado não enluta

essas perdas, as famílias se colocam diante desse desafio, enlutar publicamente seus entes, com suas fotos e nomes estampados em camisetas e escritos em cartazes, para que suas perdas não fiquem restritas ao ambiente familiar e para que suas vidas sejam reconhecidas como vidas que poderiam ter sido vividas (SANTIAGO; RODRIGUES, 2018).

Nesse sentido, há que se considerar a importância política de garantir para além do luto destas vidas que nunca tiveram direito e acesso a mecanismos de proteção, a visibilidade de que se trata de vidas importantes, vidas passíveis de luto, passíveis de fazer, como João disse, “o tempo fechar”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre o genocídio da juventude negra de periferia e sobre seu silenciamento não foi e não é uma tarefa fácil. Este trabalho foi um esforço de sistematizar em palavras a angústia que assola o dia a dia dos trabalhadores de políticas públicas que estão em contato e escuta direta com os jovens negros de periferia em cumprimento de medida socioeducativa.

Escutar diariamente as diversas formas de violência e exclusão que essa população sofre cotidianamente em um espaço que tem a intenção e proposta de promover a proteção integral dos jovens, é no mínimo angustiante e desafiador.

Angustiante no sentido da impotência diante de um Estado opressor e violento, que se esforça em demarcar e reafirmar uma política de extermínio daqueles que julgam ser um inimigo. Desta forma, como pudemos constatar, o Estado faz uso de um discurso do bem comum, da ordem e da paz para justificar o combate e extermínio desta população. Importante destacar que este “inimigo” tem cara, cor e moradia definida uma vez que em nosso Estado as palavras negro/pobre/bandido são tidas e usadas como sinônimos quando diz respeito a estes jovens.

Trazer o fragmento do caso foi uma tentativa de ilustrar com vivacidade esta realidade, da vulnerabilidade e violência vivida por estes jovens diariamente. João trouxe o seu sofrimento e sentimento de impotência frente a esta dura realidade do extermínio dos seus amigos. Deparou-se com uma violência institucional autorizada a exterminar o inimigo construído socialmente: homem, negro, jovem, favelado. Assistiu semanalmente os homicídios em seu território e constatou sua própria fragilidade e invisibilidade perante uma sociedade e um Estado que não assumem seu papel protetivo.

Ao escutar a frase do jovem e a partir de então buscar e reler os autores que discutem sobre o tema deste silenciamento das mortes da juventude negra, fica a inquietação e pergunta

de como a política pública pode se abrir para um diálogo com esta juventude e trabalhar para desnaturalizar este fenômeno? Abrir para o diálogo com estes jovens e junto deles promover políticas públicas efetivas de proteção e promoção à vida é não deixar que o tempo feche para eles.

E talvez seja tempo de fazer surgir um querer transgressivo, que interrompa a mortífera máquina social do desejo de extermínio das ditas “vidas matáveis”. Quem sabe, como queria Drummond, em os Ombros suportam o mundo,

Chegou um tempo em que não adianta morrer.

Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.

A vida apenas, sem mistificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **CPI- Violência contra jovens negros e pobres**. Brasília, jul. 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros da Guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 288 p.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2018**. IPEA. Rio de Janeiro, jun, 2018.

Disponível em: <

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em 21 jan. 2018.

LACADÉE, Philippe. **O despertar e o exílio**: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada transição, a adolescência. Tradução de Cássia Rumenos Guardado e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria, 2011. 176 p.

LE BRETON, David. **Uma breve história da adolescência**. Tradução de Andréa Máris Campos Guerra et al. Belo Horizonte: Editora Puc-Minas, 2017. 160 p.

REIS, Rejane Ferreira. **O genocídio dos adolescentes negros no Município De Belo Horizonte: quem importa?** 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-Graduação Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência. Belo Horizonte, 2017.

SANTIAGO, Vinícios; RODRIGUES, Carla. Feridas de uma herança dolorosa. **Revista CULT**, São Paulo, nº 232, ano 21, março, 2018.